



ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2021/2024, realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, sob a condução do Sr. Ver. Leandro Máximo Caixeta, Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, que declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às nove horas e nove minutos. Foi executado o hino municipal. A leitura bíblica foi feita pelo Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães, Alexandre Vitor Castro da Cruz, Carlos Alberto da Silva, Eliane Ferreira Nunes, Florisvaldo José de Souza, Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita), José Roberto dos Santos (Salitre), Leandro Máximo Caixeta, Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo Roberto dos Santos (Paxita), Raquel Aparecida Rezende Moraes, Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. A ata da 2ª Reunião Ordinária de 2023 foi aprovada por unanimidade. Foi lido Ofício encaminhado pelos presidentes da ACIP, CDL e SindComércio, demonstrando serem contrários à aprovação do PCL nº 599/2023, que dispõe sobre a transferência excepcional do feriado de 07 de abril de 2023, informando sobre os prejuízos que serão causados à economia local e que Patrocínio já conta com feriados suficientes ao longo do ano. Ademais, informaram que enxergam grande prejuízo à população na aprovação do PCL nº 606/2023, uma vez que aumentará em 50% (cinquenta por cento) o valor da conta de água dos munícipes. A Vereadora Eliane Ferreira Nunes solicitou a inversão da ordem do dia, a fim de que o Grande Expediente seja realizado primeiro. A solicitação foi votada e aprovada por unanimidade, com 14 (quatorze) votos. Votaram favoravelmente os Srs. Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto da Silva; Eliane Ferreira Nunes; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Leandro Máximo Caixeta; Natanael Oliveira Diniz; Odirlei José de Magalhães; Paulo Roberto dos Santos (Paxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila); Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. **GRANDE EXPEDIENTE.** O Sr. Ver. **Odirlei José de Magalhães** questionou se poderia falar depois dos representantes do DAEPa – Departamento de água e Esgoto de Patrocínio que estão presentes. O Presidente Leandro Máximo Caixeta informou que o Ver. Odirlei Magalhães poderia fazer uso da palavra neste momento. O Sr. Ver. Odirlei José de Magalhães disse que no Município há menos agentes epidemiológicos por habitantes do que o necessário e do que nas outras cidades da região. Que em Patrocínio há um agente para cada três mil, setecentos e cinquenta e dois habitantes. Que os casos de dengue têm aumentado em São João da Serra Negra. Que isso tem ocorrido também em todos os distritos de Patrocínio. Que os boletins epidemiológicos não são

confiáveis. Que o salário dos agentes epidemiológicos é pago por recursos federais e que a contratação de novos profissionais geraria empregos e aumentaria o capital circulante no Município. Que no processo seletivo em curso há previsão de vagas somente para cadastro de reservas. Que não adianta requerer algo por ofício ao secretário de Saúde, pois nunca é respondido. Pede que vereadores da base possam buscar esclarecimentos sobre a defasagem de contratação desses profissionais. Disse que realizou indicação para que a Prefeitura possa investir em biotecnologia no combate ao mosquito da dengue. Sugeriu a compra de ovos de mosquito transgênico para esse fim. Mencionou que só aplicar fumacê não resolve o problema da dengue. O Presidente Leandro Máximo Caixeta informou que Maria das Dores, que faria uso do Grande Expediente, não se encontra presente. O Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli solicitando que o Processo de Lei nº 606/2023 (PL nº 07/2023) seja apreciado em 45 (quarenta e cinco) dias, com base no art. 237 do Regimento Interno, uma vez que não conta com impacto financeiro. Disse que esse projeto carece de informações. Que a justificativa apresentada pelo DAEPA é insuficiente. O Presidente Leandro Máximo Caixeta esclareceu que o Regimento da Casa prevê que o projeto em regime de urgência seja apreciado em até 45 (quarenta e cinco) dias e que a Dra. Fernanda Malagoli fará uso do Grande Expediente. O Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli realizou a leitura do art. 237 do Regimento Interno. O Presidente Leandro Máximo Caixeta destacou que o prazo é de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias, e não em 45 (quarenta e cinco) dias. Informou que não colocará o pedido do Ver. Thiago Malagoli em votação, pois será realizado o Grande Expediente neste momento. A palavra foi passada a **Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA**, procuradora do DAEPA, que informou que o impacto financeiro, o número de demandas e o aumento do custo operacional da autarquia será distribuído aos vereadores. Disse que a apreciação do Processo de Lei nº 606/2023 (PL nº 07/2023) é urgente. Que a porcentagem da tarifa de esgoto foi diminuída de 70% para 50% em 2019. Que o DAEPA continuou o seu trabalho mesmo assim, aumentando a qualidade da água e cumprindo com suas responsabilidades ambientais. Que a diminuição da tarifa impactou os cofres da autarquia em mais de 4 milhões de reais desde então. Que em todos municípios assistidos pela COPASA, a porcentagem da taxa de esgoto é de 90%. Que a CODAU em Uberaba cobra 95%. Que em Uberlândia e Araguari o valor é de 80%. Que, portanto, o pedido do DAEPA é em porcentagem menor que em todas as cidades vizinhas. Que, como profissional, não pode se omitir sobre a necessidade do aumento da tarifa. Que a lei nacional de saneamento prevê que o departamento de água precisa ter sustentabilidade financeira. Que o serviço de corte de água também precisa ser cobrado. Que o DAEPA precisa de investimentos urgentes e, para tanto, é necessário arrecadar mais. Que a condicionante do Córrego Feio



prevê a necessidade de se fazer um barramento em 2023. Que segundo estudos, esse barramento custa 6 milhões de reais. Que o DAEPA não tem esse valor. Destacou a necessidade de sustentabilidade financeira da autarquia. Disse que se reuniram com os vereadores ontem, prestando esclarecimentos. Que o DAEPA também cumpre com sua função social, através da tarifa social. Que se a autarquia continuar fazendo só manutenções, e não atender as exigências das leis do marco regulatório e do saneamento, o DAEPA pode ser privatizado. Que todas as questões elencadas são urgentes. O Vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) informou que o impacto financeiro apresentado só esclarece o que o DAEPA deixou de arrecadar, mas não quanto ele arrecada. Que os vereadores também têm sua responsabilidade. Que a cidade tem mais de 3 mil casas, mas só pouco mais de 200 são beneficiadas pela tarifa social. Que o antigo superintendente do DAEPA, Sr. Vanderlei Marra, assumiu a autarquia sem dívidas e realizou inúmeros investimentos. Que o DAEPA não é para gerar lucro, mas para prestar um bom serviço aos patrocínenses. Que o balanço financeiro da autarquia está incompleto. Que concorda que o DAEPA deve se autossustentar, mas faltam informações sobre seus gastos. Pede prazo maior para apreciar o projeto. O Ver. Thiago Oliveira Malagoli questionou quais diretrizes foram cumpridas pelo DAEPA para justificar a alteração da alíquota. Disse que o DAEPA não realizou campanhas de conscientização, embora pague quase meio milhão de reais em publicidade para uma agência. Que não consta do projeto quais benefícios ocorrerão no serviço prestado, a partir do aumento de arrecadação. Que o projeto é omissivo em muitos pontos e é mera penalização ao consumidor. Que o reajuste das tarifas deve se dar em intervalos mínimos de 12 meses. Que para que ocorram essas revisões os titulares e os usuários também devem ser ouvidos. Questionou quem foi ouvido. Disse que para haver o aumento, os consumidores devem ser avisados com 30 dias de antecedência. Que no projeto não consta *vacatio legis*. Que a Câmara Municipal e o prédio da Prefeitura também têm que pagar pela água consumida. Pede esclarecimentos a Dra. Fernanda Malagoli sobre os pontos levantados. Sobre o impacto financeiro apresentado nesta reunião, disse que ficou atento aos custos informados. Questionou o alto preço do litro de diesel para \$10. Disse que estão pagando R\$6,49 pelo litro desse combustível. Que em sua fazenda paga R\$5,50. Que há previsão de que, só pelo diesel \$10, o DAEPA desembolsará 160 mil reais. Que só um posto de gasolina compareceu a essa licitação, e a autarquia deveria ter realizado outro procedimento licitatório. Questionou porque o DAEPA paga um milhão e meio de reais de energia, mas não investe em energia solar. Destacou que o DAEPA poderia economizar mais, mas quem pagará essa conta serão os consumidores. Listou diversos reajustes anuais, frisando que o aumento dessa cobrança não é razoável. Informou que a

Prefeitura tentou constrangê-lo colocando sua irmã para defender o aumento, mas que não se sente constrangido e continuará defendendo o povo. Que os vereadores estão rasgando 4 mil assinaturas que colheu da população anteriormente. Que não adianta comparar a realidade de Patrocínio com a de outros municípios, uma vez que nenhum deles arrecada tanto por número de habitante. A Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA, disse que seu objetivo aqui hoje não é o de constranger o Ver. Thiago Malagoli, seu irmão. Que veio aqui cumprir com as responsabilidades do seu cargo. Que a porcentagem que está sendo aumentada é um valor que foi retirado do DAEPA, uma vez que cobravam esse valor anteriormente. Que o DAEPA não recebe recursos do Executivo. Que faltam recursos financeiros no caixa da autarquia. Que ela hoje não deve ninguém. Que o DAEPA arrecada cerca de 2 milhões de reais por mês. Que esse valor tem sido gasto com a manutenção e investimentos pontuais. Que precisam de recursos para investir mais. Que quando do recolhimento das quatro mil assinaturas, o DAEPA não foi questionado se para ele seria saudável financeiramente a redução da alíquota. Que quanto a *vacatio legis*, o DAEPA nunca fez uma cobrança com aviso inferior a 30 dias. Que o projeto de lei prevê que a lei entrará em vigor imediatamente, porque para colocar na conta de água esse aviso, precisa que a lei esteja em vigor. Que a Câmara e outros órgãos públicos não pagam a conta de água devido previsão legal. Frisou que com o aumento da arrecadação, o DAEPA poderá realizar investimentos, principalmente em outros distritos rurais. Que o primeiro lugar com estação de água na zona rural é em São João da Serra Negra porque o reservatório lá está mais avançado e estruturado. O Vereador Thiago Oliveira Malagoli questionou, com base na fala da Dra. Fernanda Malagoli, se o DAEPA irá recolher o que deixou de arrecadar nos últimos. A Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA, explicou que não foi isso que quis dizer, mas que explanou que a taxa era de 70%, diminuiu para 50% e agora o projeto de lei prevê que seja de 75%. Que ela falou sobre "devolução de alíquota" nesse sentido, e não na cobrança do retroativo. Que o que está em jogo nessa discussão são os investimentos que serão feitos pela autarquia. O Vereador Thiago Oliveira Malagoli questionou se o DAEPA já tentou fazer parcerias-público-privadas com as grandes empresas do Município. Sugeriu que o restante dos imóveis do Município que ainda não foram vendidos o sejam e seus recursos vão para o DAEPA realizar investimentos. Que há muitas alternativas para resolução desse problema, sem que seja aumentada a tarifa da conta de água. Citou a alta arrecadação do Poder Executivo. Disse que poderiam doar dinheiro para a autarquia. A Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA, informou que a arrecadação atual do DAEPA só tem pago suas despesas fixas. Que o DAEPA precisa fazer a metade de um barramento neste ano, caso contrário a outorga de água não será



renovada. Que a autarquia tem feito tratativas para que empresas a auxiliem. Quanto a licitação de combustíveis, informou que realizaram um pregão eletrônico recentemente e que o valor do diesel S10 foi de R\$5,99 por litro. Destacou que acompanha todos os processos licitatórios e que o DAEPA os promove regularmente. Que estão à disposição para quaisquer questionamentos e em qualquer tempo. Que o portal da transparência da autarquia também contém todas as informações necessárias. O Vereador Thiago Oliveira Malagoli informou que alertou o antigo assessor de imprensa da Prefeitura sobre a questão do valor dos combustíveis. Disse que também está em suas mãos o valor da compra de pneus que consta nas licitações e que o DAEPA tem pago. Fez o compromisso de se suspenderem a votação do processo de lei, buscarem os 6 milhões de reais necessários para construir o barramento com emendas do Deputado Wellington Prado. A Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA, explicou que aditivos no processo licitatório são feitos a medida que o preço dos combustíveis oscilam. Que a quantidade de litros de combustível prevista no edital é uma estimativa para registro de preços, e não necessariamente será comprada. O Vereador Alexandre Vitor Castro da Cruz criticou a qualidade da água na cidade. Informou que é contrário ao aumento da tarifa. Que o impacto financeiro apresentado é simplista. Que diminuíram cerca de 29% do valor da tarifa e agora estão aumentando 50%. Que é contra privatização, mas que se for pra melhorar a qualidade da água, passa a ser favorável. Que desde 2017 os portais do Município carecem de transparência. Que segundo o relatório apresentado, Patrocínio só tem 9 residências que precisam de ajuda humanitária. Que isso diverge da realidade. Que deveriam cobrar a água do Distrito de São João da Serra Negra só depois de o investimento ser feito. O Vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) questionou o porquê de só a primeira página do impacto financeiro ter sido assinada pelo contador e pelo controlador interno do DAEPA. A Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA, disse que talvez o relatório apresentado aos parlamentares tenha ficado simplista demais. Reforçou que o que motivou o DAEPA a vir solicitar o aumentado é a falta de recursos financeiros. Que todas as informações necessárias estão no portal da transparência. Que o Distrito de São João da Serra Negra já recebe tratamento de água e esgoto e que a proposta é que seus moradores comecem a pagar por esse serviço. Que a necessidade de investimentos é para melhorar a qualidade da água que os moradores da zona rural recebem. Que a parte com informações de caráter assistencial do relatório não foram assinadas pelo contador e pelo controlador interno porque foi uma informação solicitada no dia anterior pela Vereador. Francisca Carneiro (Chiquita) e pela assessora do Ver. Thiago Malagoli. Que os casos que demandam benefícios sociais do DAEPA são os que chegam até eles. Pediu que os

Prof. 

vereadores ajudem a divulgar mais a lei que prevê benefícios aos pobres. Que se são só 09 casos humanitários abrangidos pelo DAEPA é porque chegaram poucos requerimentos nesse sentido à autarquia. Que o mesmo acontece com a tarifa social. O Vereador Odirlei José de Magalhães destacou a inobservância da técnica legislativa, uma vez que há muitos assuntos sendo tratados em uma só lei. Informou que o mesmo projeto de lei prevê aumento da tarifa de esgoto, cobrança de tarifa nos distritos e revoga outras duas leis. Que esse projeto não poderia ser enviado dessa forma. Que, segundo relatório, a energia elétrica consome 30% dos recursos do DAEPA. Que é necessário substituir por energia fotovoltaica. Sugeriu a implementação de bandeira tarifária, a fim de cobrar mais de quem consome mais. Disse que a população rural não se furta a pagar pelo consumo de água, desde que seja tratada. Criticou o asfaltamento de comunidades rurais sem instalação de água encanada antes. Questionou porque só a comunidade de São João da Serra Negra começará a pagar a tarifa de água. Informou que este é um questionamento dos moradores do local. Que acredita que 50% da população dessa comunidade serão agraciados pela tarifa social. Que com base nisso, estima que a arrecadação de água em São João da Serra Negra chegará a 5 mil reais por mês. Que isso é o mesmo que um técnico de coordenador de setor II do DAEPA recebe por mês. Que este cargo é ocupado atualmente por um ex-vereador que também é apadrinhado politicamente pelo Prefeito. Que a desvinculação de um cargo técnico exoneraria toda a comunidade de pagar taxa de consumo de água. A Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA, explicou que a revogação das leis mencionadas no projeto tem relação com o conteúdo do Processo de Lei nº 606/2023 (PL nº 07/2023). Que uma das leis que está sendo revogada é a que impede a cobrança de taxa de religação de água. Defendeu que esse serviço deve ser cobrado. Que esse valor será regulamentado por decreto, e será de 20 a 30 reais. Que quanto a redação legislativa, não vê problemas em alterá-la, mas o Procurador Geral da Casa entendeu melhor permanecer como está. O Vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que essa é uma Casa técnica e política, e que por isso, se vê impedido de votar favoravelmente a esse projeto. Que no início do mandato do prefeito a água era de melhor qualidade do que agora. Questiona o porquê disso. Informa que deveria serem buscadas outras alternativas ao invés de aumentarem a taxa de água. O **Superintendente do DAEPA, Ronaldo Côrrea** disse que convidou toda a população e os vereadores a conhecerem a barragem do DAEPA, mas que só cinco deles foram. Que o intuito era demonstrar a situação da autarquia. Que a barragem do DAEPA foi construída em 2009 para atender a 10 mil pessoas. Que uma das adutoras foi feita em 1969 e a outra em 1964, com capacidade para 80 litros por segundo. Que hoje se consome na cidade cerca de 300 litros por segundo. Que os filtros do DAEPA foram adquiridos já usados



na década de 1980 e são os que têm até hoje. Que os decantadores do DAEPA também foram feitos na década de 1990. Que todas as estruturas de esgoto da autarquia estão comprometidas. Que as portas do DAEPA estão abertas para todos os vereadores e todos os cidadãos. Que tem se esforçado para que a autarquia preste um serviço adequado, com muito cuidado para não comprometer o orçamento reduzido que tem. Listou várias outras demandas urgentes de infraestrutura. Mencionou que têm diminuído as demandas para desentupir esgoto. Que hoje a autarquia tem uma estrutura humana menor que a de tempos atrás, com 6 pessoas a menos. Que a maior parte da demanda é de esgoto. Que a água da cidade é tratada com qualidade. Que está no DAEPA há 4 anos e deixou de trabalhar só em 3 domingos. Que as ações judiciais do DAEPA diminuíram em 90% nos últimos anos. O Vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) disse que os vereadores votaram empréstimos e a alienação de imóveis para o Município. Que também a Prefeitura arrecada mais de 600 milhões por ano. Que entende que a ingerência no DAEPA é muito grande. Que a Prefeitura está organizada, mas o DAEPA não. Que os aumentos salariais e da infração foram em porcentagens bem menores que a porcentagem de aumento solicitada pela autarquia. Que isso é um abuso com a população patrocínense. Que a água da cidade não tem qualidade. Que todos os parlamentares recebem reclamação nesse sentido. Que estão sendo gastos valores exorbitantes para se comemorar o aniversário da cidade, e que eles seriam suficientes para colocarem as contas do DAEPA em dia. Que não pode votar esse aumento. Que defende a classe mais simples. Que pressão não faz nenhum vereador votar. Que recursos financeiros o Município tem "de sobra". Que é totalmente contrário ao aumento. A Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA, reforçou que não estão aumentando a taxa de água, mas pedindo para que a alíquota anterior seja aplicada. Que concorda que é preciso melhorar a questão da conscientização da população. O Vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) informou que durante muito tempo a taxa era de 70%, mas as melhorias não eram feitas. Que durante um tempo o DAEPA realizou diversos investimentos, mesmo com a porcentagem em 50%. Que agora, ao invés de 20%, estão pedindo 25%, ou seja, 5% a mais, para recuperar o que deixaram de arrecadar nos últimos anos. Sugeriu que a entrada para a festa de aniversário da cidade seja cobrada e o valor transferido para o DAEPA. Que é a favor de que seja cobrado um valor simbólico. Que Patrocínio arrecada uma fortuna dado ao seu número de habitantes. A Vereadora Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) informou que os votos dos parlamentares já estão definidos. Pediu que o projeto já seja colocado em votação. Criticou o fato de o Ver. Ricardo Balila ter defendido o prefeito. Disse que este assinou o projeto de lei e tem ciência do seu conteúdo. Que poderia ter definido isso por decreto, mas "jogou" para os vereadores da base a

responsabilidade. Que isso é ser covarde. Que o prefeito precisa ser homem. Listou investimentos que o ex-superintendente do DAEPA, Sr. Vanderlei Marra, realizou durante sua gestão. Ressaltou que fez isso com a taxa de esgoto em 50% e que ainda tinham mais de 4 milhões em caixa. O Superintendente do DAEPA, Ronaldo Côrrea, disse que a informação trazida pela Ver. Francisca Carneiro (Chiquita) não é verdadeira. Explicou que naquela época o prefeito cobrou dívidas antigas que grandes empresários tinham com o DAEPA e que por isso a arrecadação aumentou, sendo, entretanto, um aumento pontual. Que alguns dos investimentos narrados pela vereadora não procedem e outros foram mal feitos. A Dra. Fernanda Malagoli, Procuradora do DAEPA, disse que ingressou no DAEPA dois anos antes do Sr. Ronaldo Côrrea, e que procede as informações que ele trouxe. O Vereador Roberto Margari disse que os vereadores têm sido cobrados constantemente quanto a qualidade da água. Que a gestão atual realizou vários investimentos no DAEPA. Que anteriormente haviam bairros que não recebiam água. Que os parlamentares precisam colaborar para que seja possível melhorar a qualidade da água no Município. Que tratamento de água e esgoto devem ser prioridade. Que havia falta de água, o que não acontece mais, e o que precisa agora é melhorar o tratamento. O Superintendente do DAEPA, Ronaldo Côrrea, disse que estão atentos em implementar energia fotovoltaica na autarquia. Que o prefeito Deiró Marra tem um projeto nesse sentido, a fim de abranger todos os órgãos municipais e o DAEPA. Que as demandas do DAEPA nunca param. Que está à disposição de todos os vereadores a qualquer hora. O Vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) ressaltou que a arrecadação do DAEPA aumentou. Que mesmo que o consumidor limpe sua caixa d'água, a água encanada continua vindo suja. O **Vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz** também fez uso do Grande Expediente para mostrar seu descontentamento com a possível transferência do prédio do CMAEE – Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado. Disse que estão querendo transferir a instituição para um local menor. Criticou a mudança da Superintendência Estadual de Ensino de lugar. Disse que a proposta de mudança do CMAEE é desumana. Que se forem mudar, que seja para um lugar melhor. Que há fila de espera no CMAEE. Que o governo do ex-prefeito Lucas foi premiado nacionalmente pelo projeto do CMAEE. Que O Sr. Ver. Roberto Margari de Souza, líder do Governo Municipal na Câmara, pediu que o **Processo de Lei nº 606/2023 (PL nº 07/2023)**, que dispõe sobre a atualização e fixação das tarifas de esgoto no âmbito do município de Patrocínio e contém outras providências, de autoria do Prefeito Municipal, fosse votado em regime de urgência. O Vereador Thiago Oliveira Malagoli solicitou que o projeto fosse votado posteriormente. Ressaltou que o impacto financeiro não foi disponibilizado aos parlamentares como deveria. O Presidente Leandro Máximo Caixeta



informou que o Regimento prevê que a votação em regime de urgência se dê em até 45 dias, e que colocará a solicitação do Ver. Roberto Margari para votação. A solicitação do Ver. Roberto Margari foi votada e aprovada, com 08 (oito) votos favoráveis e 07 (sete) contrários. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula, Carlos Alberto Silva, Eliane Ferreira Nunes, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), José Roberto dos Santos, Leandro Máximo Caixeta, Raquel Aparecida Rezende Moraes e Roberto Margari de Souza. Votaram contra os Vereadores Alexandre Vitor Castro da Cruz, Francisca Carneiro dos Santos, Natanael Oliveira Diniz, Odirlei José de Magalhães, Paulo Roberto dos Santos (Paxita), Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) e Thiago Oliveira Malagoli. O Presidente Leandro Máximo Caixeta teve o voto de desempate. **Foi devolvido ao autor, de acordo com o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, pela rejeição da matéria por existir lei com o mesmo conteúdo o Processo de Lei nº 581/2022**, que estabelece a implantação de brinquedos para crianças com necessidades especiais nas praças de saúde e esporte do município de Patrocínio/MG. (autor: Prof. Natanael Diniz). **Foram apresentados, sem discussão, e encaminhou às Comissões permanentes para emissão de parecer, os seguintes Projetos de Lei: Processo de Lei nº 602/2023** – Dispõe sobre o prazo para a retirada pelo proprietário, de equipamentos eletrônicos, máquinas e motores entregue aos prestadores de serviços de assistência em Patrocínio (autor: Ver. Roberto Margari); **Processo de Lei nº 603/2023** – Dispõe sobre a implantação de uso de energia solar em todas as escolas públicas municipais (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz); **Processo de Lei nº 604/2023 (PL nº 06/2023)** – Autoriza a celebração de parceria entre o Município de Patrocínio e a Associação das Voluntárias de Patrocínio – AVP, visando a reforma, adequação e pintura do espaço físico da entidade parceira e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 605/2023** – Declara a Corporação Musical Abel Ferreira como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Patrocínio (autores: Vereadores Eliane Nunes e Leandro Caixeta); **Processo de Lei nº 606/2023 (PL nº 07/2023)** – Dispõe sobre a atualização e fixação das tarifas de esgoto no âmbito do município de Patrocínio e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). **ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL. Processo de Lei nº 596/2023 (PL nº 02/2023)** – Autoriza a afetação da área verde no setor que especifica e contém outras providências. (autor: Prefeito Municipal). O projeto foi votado e aprovado, com 13 (treze) votos favoráveis e 01 (um) contrário. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Carlos Alberto da Silva; Eliane Ferreira Nunes; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Natanael Oliveira Diniz; Odirlei José de Magalhães; Paulo Roberto dos Santos (Paxita);

Raquel Aparecida Rezende Moraes; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila); Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. Votou contra o Vereador Alexandre Vitor Castro da Cruz.

1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Processo de Lei nº 443/2022 (PL nº 11/2022) –

Autoriza o Poder Executivo conceder direito real de uso de um lote de terreno à Associação Beneficente Cristo Vive e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal) – com emenda de redação. A emenda foi lida, votada nominalmente e aprovada por unanimidade, com 14 (quatorze) votos. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto da Silva; Eliane Ferreira Nunes; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Natanael Oliveira Diniz; Odirlei José de Magalhães; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila); Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. O Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que jamais votaria contra um projeto como esse. Pediu mais uma vez a devolução do terreno do CMAEE para construção de uma sede própria, a fim de que sejam ampliados os atendimentos da instituição. A Vereadora Adriana Fátima de Paula informou que havia feito uma indicação solicitando a construção de um novo espaço para o CMAEE. Que acredita que o prefeito Deiró se sensibilizará com essa causa. Que ele é sensível à causa dos deficientes, inclusive ajudando a APAE. Agradeceu o Prefeito pelo envio do projeto de ampliação e reforma da AVP. Destacou que protocolou indicação solicitando que o prefeito envie projeto de concessão do passe livre para gestantes. Que há gestantes que não tem condições financeiras de participar de curso na sede da AVP. O Vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz criticou o intuito de alterar a sede do CMAEE, a não ser que seja para um lugar melhor. Disse que soube que querem mudar para um local menor, o que espera não ocorrer. A Vereadora Eliane Ferreira Nunes também demonstrou preocupação com a possível alteração da sede do CMAEE. Frisou que as mudanças devem ser para melhor. Ressaltou que, se estão mudando para um local menor, é provisoriamente, até construírem uma sede própria. O Vereador Thiago Oliveira Malagoli informou que uma funcionária do CMAEE procurou o secretário municipal de Educação para reclamar da troca de sede, e ouviu dele que é preciso um campo de futebol para atender todos os autistas. Que isso é uma vergonha. O Vereador Florisvaldo José de Souza (Valtinho) disse que também recebeu reclamações de munícipes sobre a troca de local do CMAEE e que é contra. Sugeriu que o local em que a instituição se encontra atualmente seja aumentada, aproveitando terreno que fica ao seu lado e pertence ao Município. Disse que realizará tratativas para saber se essa mudança do CMAEE realmente procede. O Vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz discordou da Vereadora Eliane Nunes, e disse que nem



provisoriamente o CMAEE pode ficar no local onde há boatos de que será transferido. Que isso tudo decorre da ideia de tirar os funcionários do prédio da Superintendência. Criticou essa iniciativa. Disse que a inclusão sempre foi uma bandeira sua e que irá debater fortemente contra a mudança da sede do CMAEE. O Presidente Leandro Máximo Caixeta solicitou aos vereadores a extensão do horário da reunião. A solicitação foi votada e aprovada por unanimidade, com 13 (treze) votos. O Vereador Odirlei José de Magalhães destacou o trabalho da CMAEE e defendeu que a mudança de sede não ocorra. A Vereadora Eliane Ferreira Nunes disse que desde a campanha eleitoral defende que Patrocínio tivesse um espaço destinado às artes na Praça Honorato Borges. Que a Superintendência deveria ir para um local maior. Que sugeriu a aquisição do prédio da CEMIG para o funcionamento da Superintendência. O Vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) disse que disponibilizará uma vaga em seu gabinete para jovens aprendizes e integrantes da Rede Cidadã. Que é contrário a realocação do CMAEE para um local menor. O Vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) também se mostrou desfavorável a troca de sede do CMAEE. Informou que no último jogo do CAP pelo campeonato mineiro não foi executado o Hino Nacional, em descumprimento à legislação municipal. O Presidente Leandro Máximo Caixeta informou que apresentou projeto anteriormente para a contratação de jovens aprendizes para cada gabinete de vereadores, mas que recebeu parecer pela não tramitação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Que o Ver. Prof. Alexandre também fez projeto nesse sentido. O Vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) defendeu a viabilidade de projeto nesse sentido. O projeto foi votado nominalmente e aprovado por unanimidade, com 14 (quatorze) votos. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto da Silva; Eliane Ferreira Nunes; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Natanael Oliveira Diniz; Odirlei José de Magalhães; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila); Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. **Processo de Lei nº 598/2023 (PL nº 05/2023)** – Prorroga os prazos estabelecidos no art. 3º da Lei Municipal nº 5.039 de 13 de julho de 2018 e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal) - com emenda de redação. A emenda de redação foi lida, votada e aprovada, com 14 (quatorze) votos. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto da Silva; Eliane Ferreira Nunes; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Natanael Oliveira Diniz; Odirlei José de Magalhães; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila); Roberto Margari de Souza e

Thiago Oliveira Malagoli. O Vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que a empresa que será beneficiada por este projeto gera mais de 300 empregos diretos ou indiretos no Município e que precisa desse incentivo. Pontuou que o prazo para construção deveria ser maior. O projeto foi votado nominalmente e aprovado por unanimidade, com 14 (quatorze) votos. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto da Silva; Eliane Ferreira Nunes; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Natanael Oliveira Diniz; Odirlei José de Magalhães; Paulo Roberto dos Santos (Paxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila); Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. **Processo de Lei nº 599/2023 (PL nº 04/2023)** – Dispõe sobre a transferência excepcional do feriado municipal de 07 de abril de 2023 – aniversário de emancipação político-administrativa do município (autor: Prefeito Municipal). O Vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que entende o apelo da ACIP/CDL, mas que, tendo em vista o tradicional desfile cívico e a missa em ação de graças, é favorável ao projeto. O Vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz ressaltou que mais um feriado é prejudicial a classe empresarial do Município. Propôs emenda verbal para que ao invés do feriado na sexta-feira, dia 14, seja ele transferido para o dia 08, no sábado de aleluia. O Vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz explicou que o feriado no dia 14 é estrategicamente pensado para incentivar a adesão dos munícipes às festas de aniversário da cidade. A Sra. Vereadora Francisca Carneiros dos Santos (Chiquita) destacou a importância do comércio e apresentou emenda verbal para o invés de feriado, no dia 14 de abril de 2023, o ponto seja facultativo. A emenda apresentada pelo Ver. Prof. Alexandre foi votada e rejeitada, com 06 (seis) votos favoráveis e 08 (oito) votos contrários. Votaram favoravelmente os Vereadores Alexandre Vitor Castro da Cruz, Carlos Alberto Silva, Odirlei José de Magalhães, Paulo Roberto dos Santos (Paxita), Ricardo Antoni Rodrigues e Thiago Oliveira Malagoli. Votaram contrariamente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Eliane Ferreira Nunes, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), Francisca Carneiro dos Santos, José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Raquel Aparecida Rezende de Moraes e Roberto Margari de Souza. Já a emenda apresentada pela Vereadora Francisca Carneiro (Chiquita) foi votada e aprovada, com 08 (oito) votos favoráveis e 07 (oito) votos contrários. Votaram favoravelmente os Vereadores Alexandre Vitor Castro da Cruz, Carlos Alberto Silva, Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita), Leandro Máximo Caixeta, Odirlei José de Magalhães, Paulo Roberto dos Santos (Paxita), Ricardo Antoni Rodrigues e Thiago Oliveira Malagoli. Votaram contrariamente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Eliane Ferreira Nunes, Florisvaldo José de Souza (Valtinho),



José Roberto dos Santos (Salitre), Natanael Oliveira Diniz, Raquel Aparecida Rezende de Moraes e Roberto Margari de Souza. O Presidente Leandro Máximo Caixeta realizou o voto que desempatou a questão. O Vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz sugeriu que o Prefeito possa alterar o projeto inicial. O Presidente Leandro Máximo Caixeta defendeu o ponto facultativo. O Vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que a decisão pelo ponto facultativo foi sensata. O projeto foi votado nominalmente e aprovado por unanimidade, com 14 (quatorze) votos. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto da Silva; Eliane Ferreira Nunes; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Natanael Oliveira Diniz; Odirlei José de Magalhães; Paulo Roberto dos Santos (Paxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila); Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. O Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz parabenizou os parlamentares pela votação. O Vereador Odirlei José de Magalhães parabenizou a postura do Presidente Leandro Máximo Caixeta enquanto líder do Poder Legislativo. O Vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) também parabenizou o Presidente do Legislativo Municipal e lamentou os anos anteriores na Câmara. Disse que apresentará novamente o projeto que previa a expedição de alvarás a cada 5 anos.

VOTAÇÃO ÚNICA. Processo de Lei nº 606/2023 (PL nº 07/2023) – Dispõe sobre a atualização e fixação das tarifas de esgoto no âmbito do município de Patrocínio e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). Os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o relator Ver. José Roberto dos Santos, o presidente Ver. Natanael Oliveira Diniz e o membro Florisvaldo José de Souza (Valtinho) emitiram parecer verbal pela tramitação. O projeto foi votado nominalmente e aprovado, com 08 (oito) votos favoráveis e 07 (sete) contrários. Votaram contrariamente os Vereadores Alexandre Vitor Castro da Cruz, Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita), Natanael Oliveira Diniz; Odirlei José de Magalhães; Paulo Roberto dos Santos (Paxita); Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) e Thiago Oliveira Malagoli. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães, Carlos Alberto da Silva, Eliane Ferreira Nunes, Florisvaldo José de Souza, José Roberto dos Santos (Salitre), Leandro Máximo Caixeta, Raquel Aparecida Rezende Moraes e Roberto Margari de Souza. O voto de desempate foi do Presidente Leandro Máximo Caixeta, que destacou ter sido uma decisão difícil de se tomar, e que espera que a qualidade da água melhore, caso contrário a Câmara trabalhará pela diminuição da taxa. Frisou que há pouco tempo faltava água nos bairros, inclusive no Morada Nova, o que não ocorre mais. O Vereador Thiago O. Malagoli mostrou insatisfação com a aprovação deste projeto. Disse que a luta pela diminuição da taxa de esgoto faz parte do seu trabalho. Lamentou a

insensibilidade dos demais parlamentares. Criticou a qualidade da água. Disse que tentará reverter essa situação judicialmente ou através de projeto de lei de iniciativa popular. O Vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) alertou que não ouviu os representantes do DAEPA falarem em melhorar a qualidade da água. Disse que não informaram de que forma o dinheiro da autarquia tem sido gasto. Criticou o voto dos colegas parlamentares. O Vereador Alexandre Vitor Castro da Cruz diz que sai com sentimento de derrota desta reunião, mas com sensação de dever cumprido. Defendeu que a população tome ciência do posicionamento de todos os vereadores. O Vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que realizou enquete em suas redes sociais para ouvir a opinião popular quanto ao aumento da taxa de esgoto. Que por isso votou contrariamente. O Vereador Odirlei José de Magalhães lamentou a aprovação do projeto, e frizou a autorização para cobrança de taxa de esgoto nos distritos. A Vereadora Adriana Fátima de Paula solicitou o encerramento da reunião, para que as outras votações sejam realizadas na semana que vem, tendo em vista o avançar da hora e que há jovens aguardando para fazer uso do Plenário. O Presidente Leandro Máximo Caixeta colocou a solicitação em votação, que foi aprovada com 09 (nove) votos favoráveis e 01 (um) contrário. Votaram favoravelmente os Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Carlos Alberto Silva; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Odirlei José de Magalhães; Raquel Aparecida Rezende Moraes; Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. O Vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) votou contra. O Vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) lamentou que vão deixar de votar requerimentos e vetos importantes. Disse que os alunos poderiam ser direcionados a outro local. Estavam presentes na chamada final os Senhores Vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães; Florisvaldo José de Souza; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); Leandro Máximo Caixeta; Odirlei José de Magalhães; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) e Roberto Margari de Souza. O Presidente Leandro Máximo Caixeta declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, às quatorze horas e vinte e quatro minutos, da qual eu, Luís Felipe Nunes Oliveira, Ouvidor Legislativo da Câmara Municipal de Patrocínio e Secretário *ad hoc*, lavrei esta ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três.

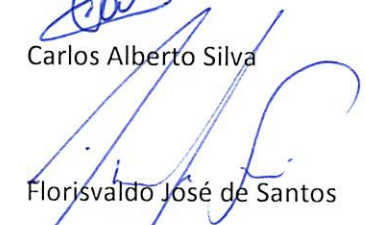
 Luís Felipe Nunes Oliveira


Adriana Fátima de Paula Magalhães


Alexandre Vitor Castro da Cruz




Carlos Alberto Silva


Florisvaldo José de Santos


José Roberto dos Santos

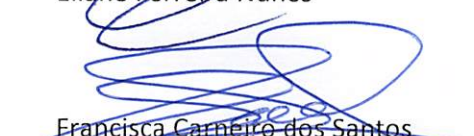

Natanael Oliveira Diniz

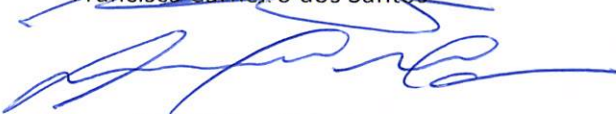

Paulo Roberto dos Santos


Ricardo Antoni Rodrigues


Thiago Oliveira Malagoli

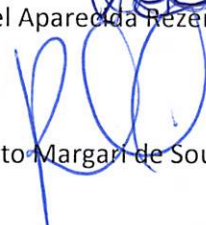

Eliane Ferreira Nunes


Francisca Carneiro dos Santos


Leandro Máximo Caixeta


Odirlei José de Magalhães


Raquel Aparecida Rezende Moraes


Roberto Margari de Souza













